

“Uma política destinada a *reforçar a autonomia das escolas* não pode limitar-se à produção de um quadro legal que defina normas e regras formais para a partilha de poderes e a distribuição de competências, entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino. Ela tem de assentar sobretudo na criação de condições e na montagem de dispositivos que permitam, simultaneamente, *libertar* as autonomias individuais e dar-lhes um sentido colectivo, na prossecução dos objectivos organizadores do serviço público de educação nacional, claramente consagrados na Lei Fundamental.

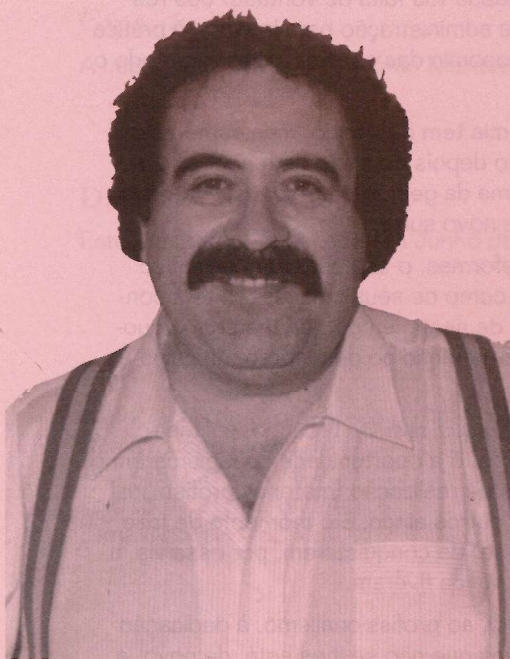
O reforço da autonomia das escolas deve traduzir-se necessariamente num conjunto de competências e de meios que os órgãos próprios de gestão devem dispor para decidirem sobre matérias relevantes, ligadas à definição de objectivos, às modalidades de organização, à programação de actividades e à gestão de recursos.

Contudo, não basta *regulamentar* a autonomia. É preciso criar condições para que ela seja *construída*, em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objectivos que enformam o sistema público nacional de ensino.”

Notas

- 1 Os relatórios da avaliação externa do processo de aplicação do *Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e Agrupamentos de escolas* encontram-se disponíveis no sítio do Centro de Estudos da Escola, em <http://www.fpce.ul.pt/centros/ceescola>
- 2 Barroso, João (1997). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.

João Barroso
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Lisboa



Raul Fernando

No passado dia 7 de Maio, faleceu no Maputo, em Moçambique, o nosso colega Raul Fernando Carvalho.

O Raul foi um professor de Matemática com uma carreira brilhante, tendo leccionado em Angola e em Portugal, em diversas escolas de várias regiões. Foi orientador de estágios pedagógicos e autor de manuais escolares.

Membro nº 16 da APM, o Raul foi um dos sócios fundadores da nossa associação, em cuja criação e primeira fase de desenvolvimento teve uma influência considerável. É especialmente interessante recordar que, em 1985, foi co-autor e dinamizador de um questionário distribuído aos participantes do ProfMat, através do qual se tornou claro que a criação de uma nova associação era uma aspiração de centenas de professores de Matemática. Em colaboração com o João Pedro da Ponte, coordenou o grupo de trabalho que elaborou a primeira proposta de estatutos da associação e, com o João Pedro e o Paulo Abrantes, integrou a mesa da

assembleia constituinte da APM, a qual no dia 19 de Setembro de 1986, em Portalegre decidiu a fundação da nova associação e aprovou os seus estatutos.

O seu interesse muito especial pela problemática da formação de professores, assim como pela produção de materiais de apoio ao ensino e aprendizagem da Matemática, foi sempre muito evidente e prosseguiu na fase final da sua carreira, na Escola Superior de Educação de Setúbal e, mais tarde, em Moçambique. Foi o autor do editorial do nº17 da *Educação e Matemática*, de 1991, um número em grande parte dedicado à formação e ao grupo profissional dos professores de Matemática.

Ao mesmo tempo que expressa os seus sentimentos de profundo pesar aos familiares e amigos do Raul Fernando, a revista *Educação e Matemática* não quer deixar de registar nas suas páginas o papel que ele desempenhou numa fase decisiva da nossa associação.